



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, informações sobre sua relação com o grupo terrorista Hamas, no âmbito do atual governo.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, informações sobre sua relação com o grupo terrorista Hamas, no âmbito do atual governo.

Considerando o compromisso do Ministério das Relações Institucionais de assistir diretamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições e de acordo com suas competências constantes no Art 5º, da Lei 14.600, de 19 de junho de 2023, solicito os seguintes esclarecimentos:

1. Por que o Ministro Alexandre Padilha recebeu o apoiador do Hamas Sayid Tenório, no Palácio do Planalto, no dia 05/10/23, portanto cinco dias antes dos ataques do Hamas ao Estado de Israel?
2. Quem, efetivamente, participou dessa reunião?
3. O que foi tratado nessa reunião?
4. Solicitamos o envio da ata da reunião, como o registro fotográfico do encontro.



5. O Ministro Alexandre Padilha assinou, em 2021, carta se posicionando contra a designação de “organização terrorista” ao Hamas, proposto pelo governo britânico. O ministro, após os últimos acontecimentos, ainda é contra denominar o Hamas de organização terrorista?
6. Face ao acima exposto e de ter recebido declarado apoiador do grupo terrorista Hamas, qual a posição do Ministério das Relações Institucionais e de seu atual mandatário no que se refere aos métodos bárbaros adotados pelo Hamas, tais como o estupro, o sequestro, o roubo, o assassinato em massa e a degola de crianças? Que ações o Ministério das Relações Institucionais pretende adotar frente ao apoiador do Hamas que o procurou?

JUSTIFICAÇÃO

A imprensa mundial vem destacando o inesperado ataque perpetrado pelo grupo terrorista Hamas ao Estado de Israel, num flagrante atentado a soberania de um estado constituído e aos limites territoriais estabelecidos, repetindo a agressão da Rússia a Ucrânia.

Não satisfeito, o Hamas atuou ao arrepio do Direito Internacional Humanitário (DIH) e do Direito Internacional de Conflitos Armados (DICA), estabelecendo o terror por meio de uma operação ofensiva muito bem planejada e com o emprego da massa e da surpresa, sinalizando a participação de militares e estrategistas experimentados na elaboração do planejamento.

No bojo dessa operação, o Hamas empregou expedientes bárbaros para subjugar e amedrontar a população civil, valendo-se do estupro, do sequestro, da degola de crianças, prisão de crianças, violência contra idosos, entre outros atos primitivos e absolutamente inaceitáveis nos dias atuais.

Para tanto, contou com o apoio do Hezbollah, grupo terrorista libanês homiziado no Líbano, que lançou ações diversionárias preventivas e de pequena



monta ao norte de Israel, visando chamar a atenção e desviar o foco das Forças Armadas Israelenses e obrigá-las a abrir uma nova direção tática de atuação.

Nesse contexto, a Autoridade Palestina, até então em litígio histórico com o Hamas e elemento de ligação de Israel com os palestinos, anunciou o apoio a extremada ação do Hamas, lançando dúvidas sobre seu papel nesse conflito e quais seriam os objetivos dos muçulmanos.

Vale ressaltar que o governo brasileiro vem flertando com organizações que usam da violência como meio de chegar ao poder.

Aliás, num breve retrospecto histórico, a esquerda brasileira, hoje no poder por meio do Partido dos Trabalhadores (PT), pegou em armas nos 60 e 70 do século passado para uma frustrada tentativa de tomar o poder, praticando sequestro, assassinato, roubo a banco, em ações muito similares as adotadas pelo Hamas e pelo Hezbollah, que justificam suas ações com o intuito de tomar o poder na região e eliminar o Estado de Israel, numa postura extremista e antidemocrática, portanto reprovável.

Não satisfeito, o governo brasileiro aceitou a entrada do Irã no BRICS, Irã esse que estaria por detrás do suporte ao grupo Hamas e que alimenta o Hezbollah, que hoje possui mais de 100.000 mísseis e foguetes, constituindo-se num vasto e perigoso arsenal bélico.

Na mesma direção, o governo brasileiro, mostrando sua face autoritária e antidemocrática, tem dado status diferenciado aos governos ditatoriais da Venezuela e de Cuba, reconhecidos pelas agressões aos direitos humanos.

No mesmo diapasão, o governo brasileiro não condenou as ações antidemocráticas e de violação dos direitos humanos levadas a efeito pelo governo de Daniel Ortega na Nicarágua, tais como o fechamento de igrejas, confisco de bens de opositores e expulsão de cidadãos que divergem ou se opõem ao governo ditatorial.



Cumprê destacar, ainda, que no âmbito interno o governo brasileiro transita com facilidade entre grupos ou organizações que tem no uso da violência seu modus operandi para atingir seus objetivos políticos.

A visita do então candidato Lula ao Morro do Alemão, posando com o boné do CPX; a ida do Ministro Flávio Dino á Favela da Maré no Rio de Janeiro, de forma fortuita e sem aparato de segurança; o apoio ao MST, reconhecido por sua violência no campo, tendo levado o líder do grupo na comitiva presidencial que visitou a China, entre outras ações; o apoio ao líder do MTST como candidato a prefeitura de São Paulo, um movimento que faz da violência das invasões urbanas uma ferramenta para chegar ao poder, mostram a leniência e a convivência desse governo com o extremismo e com a violência como ferramenta política.

O que ocorreu em Israel é muito grave e merece imediata repulsa e condenação ao Hamas, não cabendo meio termo, particularmente diante da gravidade da situação.

E o governo brasileiro, alheio a realidade, não está fazendo.

Confirmando a simpatia pelo uso da violência como ferramenta política, em 2021, dez parlamentares da esquerda brasileira, entre eles o atual Ministro das Relações Institucionais Alexandre Padilha, assinou uma carta se posicionando contra o emprego do termo “terrorista” para designação e identificação do grupo Hamas, esse mesmo Hamas que estuprou, matou, roubou, degolou crianças, sequestrou e promoveu uma verdadeira barbárie no ataque a Israel, no último dia 07 de outubro.

Dessa forma, torna-se imprescindível os esclarecimentos dos questionamentos acima, pelo que requeiro o apoio dos nobres colegas para aprovação do requerimento.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2023.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)

